

O AFETO E A IDADE MÉDIA: questões sobre os sentimentos interpessoais e a “herança medieval”

Marcelo Berriel²

Resumo

Este artigo aborda questões teóricas e historiográficas relacionadas ao estudo do afeto na Idade Média, problematizando os seus limites, bem como a relação do Brasil contemporâneo com os elementos medievais que supostamente foram herdados por nossa sociedade. Em um primeiro momento, discute-se os limites das pesquisas acerca das emoções na Idade Média esclarecendo sobre a importância em distinguir os ideais de amor e afeto daquilo que efetivamente podemos saber sobre as sociedades medievais. Em seguida, são abordadas questões referentes à chamada “herança medieval” brasileira a partir de uma perspectiva crítica baseada nos estudos decoloniais. Conclui-se que, a despeito dos avanços da história das emoções, as poucas certezas que temos sobre os afetos em tempos medievais indicam a necessidade de renovar as abordagens dos elementos supostamente medievais em nossa cultura e em nossa maneira de sentir. Por fim, associa-se a necessidade de descolonizarmos nosso conhecimento baseado na narrativa histórica eurocêntrica com uma proposta de descolonização também de nossos sentimentos.

Palavras-chave: História Medieval; Neomedievalismo; História do Afeto; Decolonialidade.

AFFECTION AND THE MIDDLE AGES: Issues on interpersonal feelings and the “medieval heritage”

Abstract

This article deals with theoretical and historiographical issues related to the study of affection in the Middle Ages questioning their limits as well as the relationship between contemporary Brazil and the medieval cultural traits which our society

² Professor Associado IV de História Antiga e Medieval da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Também é pesquisador do Linhas (Núcleo de Estudos sobre Narrativas e Medievalismos) e do CriHist (Núcleo de Pesquisa Cristianismos e Historicidade).

supposedly inherited. First, the limitations of the study of emotions in the Middle Ages are discussed. In doing so, the importance of distinguishing the ideals of love and affection from what we can actually know about medieval societies becomes clear. Next, issues related to the so-called Brazilian “medieval heritage” are addressed from a critical perspective based on decolonial studies. We conclude that, despite advances in the history of emotions, the few certainties we have about affection in the Middle Ages suggest the need to renew our treatment of supposedly medieval elements in our culture and our way of feeling. Finally, the need to decolonize our knowledge based on the Eurocentric historical narrative is linked to the proposal to decolonize our feelings as well.

Keywords: Medieval History; Neomedievalism; History of affection; Decoloniality.

EL AFECTO Y LA EDAD MEDIA:

Problemas sobre los sentimientos interpersonales y “herencia medieval”

Resumen

Este artículo aborda cuestiones teóricas e historiográficas relacionadas con el estudio del afecto en la Edad Media, problematizando sus límites, así como la relación entre el Brasil contemporáneo y los elementos medievales que supuestamente fueron heredados por nuestra sociedad. En primer lugar, se discuten los límites de la investigación sobre las emociones en la Edad Media, aclarando la importancia de distinguir los ideales de amor y afecto de lo que realmente podemos saber sobre las sociedades medievales. A continuación, se abordan cuestiones relativas al llamado “patrimonio medieval” brasileño desde una perspectiva crítica basada en estudios decoloniales. Se concluye que, a pesar de los avances en la historia de las emociones, las pocas certezas que tenemos sobre los afectos en la época medieval indican la necesidad de renovar acercamientos a elementos supuestamente medievales en nuestra cultura y nuestra forma de sentir. Finalmente, la necesidad de descolonizar nuestros conocimientos a partir de la narrativa histórica eurocéntrica se asocia a una propuesta de descolonizar también nuestros sentimientos.

Palabras clave: Historia Medieval; Neomedievalismo; Historia del Afecto; Descolonialidad.

Campo fértil para estudos em diferentes áreas do conhecimento, da neurociência à filosofia, o amor e os afetos como um todo demoraram a figurar entre os objetos dos historiadores. Apesar do pioneirismo de Lucien Febvre na primeira metade do século passado³, o tema despertou o interesse da área de história tardiamente - e podemos afirmar que passou a ganhar contornos de um verdadeiro campo de estudos muito recentemente. É forçoso admitir que essa omissão é responsabilidade dos próprios historiadores, visto que, enquanto outras áreas já se interessavam pela temática, estes encaravam as emoções como algo menor, assunto indigno de estudo, relegando-as ao terreno do anedótico ou das ações humanas irracionais, não comparáveis em relevância aos temas tradicionais, mais tangíveis e, segundo uma limitada visão, mais sérios.

Felizmente, o cenário tem se modificado. Nas últimas décadas, temos visto surgir, além das obras coletâneas sobre história das emoções organizadas por historiadores de renome, um número cada vez maior de dissertações e teses sobre amor, afeto, amizade, entre outras temáticas claramente incluídas no campo que podemos chamar de história dos sentimentos.

Os habituados ao *métier* do historiador sabem bem que, apesar do avanço do campo, mal adentramos no entendimento das formas pelas quais as pessoas do passado expressavam suas emoções em suas relações interpessoais. Isto porque historiadores lidam com vestígios. Podemos afirmar com certa segurança que determinado general tomou esta ou aquela decisão de batalha. Podemos criar interpretações com base em evidências materiais acerca deste ou daquele sistema econômico. Todavia, como acessar as escassas fontes que nos informam sobre os afetos de uma era passada se, mesmo na contemporaneidade, as formas de expressar sentimentos é controversa e incerta?

As linhas que se seguem levantam questões referentes ao que se pode conhecer do período que denominamos "Idade Média". Mais especificamente, o foco principal aqui é refletir sobre como a maneira de expressar sentimentos

³ Lucien Febvre é considerado o fundador da chamada "história das sensibilidades" por ter publicado, em 1941 nos *Annales d'Histoire Sociale* [III, 1-2, 5-20], o texto "Como reconstituir a vida afetiva de antigamente? A sensibilidade e a História". O mesmo foi republicado em *Combats pour l'histoire* em 1952 (pp. 207-220).

atribuída aos tempos medievais se relaciona com a nossa própria maneira de sentir e nos relacionarmos. O objetivo deste texto é problematizar a naturalização de uma herança histórica que, ao fim e ao cabo, constitui-se menos em herança de fato e mais em uma apropriação/ressignificação de uma noção de Idade Média à qual estamos intimamente ligados pelos laços da colonialidade.

O estudo do afeto na Idade Média: um obstáculo difícil de transpor

Muito se escreveu a respeito dos ideais de amor durante a Idade Média, contudo, o que comumente se esquece é que estes são somente isso: ideais. Dificilmente encontramos fontes que testemunham os sentimentos pessoais dos indivíduos e, quando encontramos, devemos questionar a confiabilidade de tais relatos. Isso porque, em geral, os sentimentos são postos em evidência em fontes literárias, denotando muito mais um paradigma do que um reflexo da realidade. Podemos, porém, encontrar algum testemunho pessoal deixado por algum escritor em um tratado, crônica ou carta, mas isso, além de pouco frequente, também pode corresponder mais a um padrão discursivo do que a uma exposição transparente de sentimentos, conseqüentemente, pode ter pouca utilidade para o estudo dos sentimentos do indivíduo em questão. Os séculos medievais não são conhecidos pela livre expressão da individualidade, ao contrário, a noção de indivíduo é criação moderna. O medieval é tido como o tempo do espírito gregário. Não há possibilidade das pessoas expressarem claramente o que se passava em seu íntimo se a própria ideia do que é ser um indivíduo ainda estava em gestação.

Podemos afirmar que, na realidade concreta, as damas dos romances de cavalaria e das canções dos trovadores não existiram. Os autores medievais criaram personagens (ou registraram por escrito as histórias da tradição oral) que ganharam notoriedade e serviram de parâmetro. Em outras palavras, o que conhecemos como “amor cortês” é um ideal, uma relação irreal, idealizada, com personagens-modelo a reforçar um conjunto de diversos elementos que, além de compor o código de conduta cavaleiresco, proporcionaram deleite e admiração entre a audiência de tais histórias. Eis o exemplo do modelo de “dama”. Mesmo sabendo que esses modelos poderiam exercer certa influência nas mulheres da

época, no geral, o modelo mais insistentemente difundido para o público feminino é o da santidade. Daí que, mesmo que uma jovem pudesse se inspirar nas histórias de amor cantadas pelos trovadores, a mulher-modelo que repetidamente a ela se apresentava em leituras pias ou nos sermões era Maria, mãe de Jesus. Ou ela se dedicaria a uma vida casta na Igreja ou seria uma boa esposa. E, vale lembrar, as damas dos romances de cavalaria não eram esposas.

Pode-se questionar: seria no espaço privado o lugar por excelência para descobrirmos essa intimidade, as relações afetivas, o carinho? Cairíamos no mesmo problema visto que, mesmo podendo descortinar fontes do ambiente privado, se o gregarismo encontra-se em toda parte e as expressões de individualidade mal começam a emergir, não seria aí o local para observar reais expressões de sentimentos pessoais íntimos.

Proximidade, promiscuidade, por vezes multidão - na época feudal, o espaço, com efeito, jamais estava previsto, no interior das grandes moradas, para a solidão individual, senão no nobre instante do trespasse, da grande passagem para o outro mundo. Quando as pessoas se arriscavam fora da clausura doméstica, era ainda em grupo (...) A sociedade feudal era de estrutura tão granulosa, formada de grumos tão compactos que todo indivíduo que tentasse se libertar do estreito e muito abundante convívio que constituía então a *privacy*, isolar-se, erigir em torno de si sua própria clausura, encerrar-se em seu jardim fechado, era imediatamente objeto, seja de suspeita, seja de admiração, tido ou por contestador ou então por herói, em todo caso impelido para o domínio do "estranho", o qual, atentemos às palavras, era antítese do "privado" (DUBY, 1990, pp. 503-504).

Um outro caminho para o estudo dos sentimentos pode estar no recente diálogo entre estudos medievais e ciências cognitivas. Tal abordagem interdisciplinar pode ser profícua, embora ainda não tenha despertado muito interesse entre medievalistas brasileiros. Autores de língua inglesa, porém, já consideram poder falar em *cognitive turn*, devido à transformação e o entusiasmo que o diálogo já promove nos círculos de especialistas.

In the case of the cognitive turn, scholars of literature and the arts can give abstract principles a human face, while cognitive scientists reveal how an experience that seems otherwise intangible can be observed, measured, recorded, giving rise to an emerging and expanding field of publications (BLUD & DRESVINA, 2020, p. 2).

Sendo um campo recém-inaugurado, é difícil mensurar o que o referido diálogo pode trazer de revelador para a árdua tarefa que é o estudo dos afetos no medievo. Outrossim, depositar nossas expectativas na conta da neurociência significaria admitir que ela é plenamente capaz de dar explicações totalmente convincentes sobre como nossos sentimentos funcionam. Bem sabemos que isso está muito distante de ser verdade. Ainda não podemos colher resultados tão categóricos sobre assunto tão incerto e fluido. Os sentimentos não são mensuráveis em tabelas e estatísticas, não podem ser resumidos e simplificados com dados, não podem ser domesticados ante o conceito de evidência. É por isso que, para além da neurociência, a antropologia, psicologia, psicanálise, filosofia, entre outros saberes, empregam esforços consideráveis na reflexão do tema e ainda estamos longe de podermos responder de forma incontestada a um simples questionamento sobre o que é o amor.

Herança da Idade Média ou colonialidade do saber?

Fala-se frequentemente em uma “herança” da Idade Média ibérica, não somente nas práticas culturais de diferentes regiões brasileiras, mas também na nossa visão de mundo (incluindo aí nossa forma de sentir e amar). Porém, considerando que a própria noção de “Idade Média” é uma construção, cabe questionar se, de fato, algum tipo de “herança” da sociedade medieval portuguesa chegou a influenciar a literatura, a arte, o saber e o sentir dos brasileiros. Não seria, antes, a ressignificação de uma representação de “Idade Média” ao invés de uma herança real trazida pelos colonizadores?

Já não é novidade entre os historiadores afirmar que qualquer período abrangente da história (uma Era, uma Idade, etc.) é uma grande abstração. Especificamente sobre a Idade Média, há tempos os medievalistas sabem que ela, de fato, não existe (AMALVI, 2017). Quando Amalvi o disse, referia-se ao seguinte fato: a noção de Idade Média é uma construção *a posteriori* com pretensões de caracterizar dez séculos de história, uma construção abstrata e sempre reelaborada ao sabor das ideologias. É importante ter em mente que grandes sequências narrativas são abstrações que não podem dar conta da complexidade, dos pormenores e das diferentes perspectivas existentes na vida

social. E a noção que se tem sobre a Idade Média está diretamente relacionada à história e identidade europeia.

As práticas típicas do “colonialismo do saber” alcançaram tamanho êxito no mundo acadêmico que as narrativas e paradigmas que dela se originaram tornaram-se comum mesmo entre os intelectuais colonizados. Especificamente no que diz respeito à história, é necessário reconhecer o quão colonialista a noção de história mundial é. Como explicado por Ranajit Guha, o que o paradigma euro-referenciado de narrativa histórica disfarça é a diferença existente entre historicidade e filosofia da história. Guja demonstra que, a partir da filosofia da história de Hegel, perde-se toda a concretude do que foi vivido pelas sociedades do passado substituindo-a pela ideia de “razão na história”; criando, portanto, uma imediata identificação que associa o “histórico” ao que se encontra dentro da percurso do chamado progresso. Para Guja, historicidade se transforma em filosofia da história e sua concretude passa a ser a versão de história mundial criada pelo saber europeu. “Historicality as the true historical existence of man in the world is converted by the act of superseding into philosophy of history and the concreteness of the human past made to yield to the concept of World-history” (GUHA, 2002, p. 3).

Fomos ensinados a acreditar em uma “história mundial” que, de fato, é tão somente uma narrativa da história europeia, seja sua própria história ou a história da relação dos europeus com outras partes do mundo. Porém, o problema é ainda maior. Como vimos nas explicações de Guja, a própria concepção do que é historicidade é apenas uma referência a uma narrativa histórica euro-referenciada. Em outras palavras, considera-se algo como “histórico” a partir de sua aderência à narrativa euro-referenciada. Ora, historicidade não deve ser definida pela posição que determinado objeto ocupa na linha narrativa da historiografia, mas pela sua existência concreta em determinado tempo e lugar. Além disso, é necessário enumerar pelo menos dois aspectos bem problemáticos que se ligam a essa concepção: a noção de “povos sem história” e a construção da ideia de “modernidade”.

A tradicional divisão ocidental da história na qual o progresso é mensurado a partir da sucessão de “idades” (antiga, medieval, moderna e contemporânea) criou a concepção de que só se pode falar em história com o nascimento da

escrita, antes disso, tudo seria “pré-história”. Ao criar a noção de que povos sem escrita são povos sem história, o saber europeu empurrou os povos originários para fora dos parâmetros da civilização, legitimando a conquista geográfica e o genocídio não somente de corpos, mas também das epistemologias desses povos. Além da escrita, também o Estado foi associado aos requisitos de historicidade. Da expressão “sem escrita, sem história”, passou-se em seguida para “sem estado, sem história” (GUJA, 2002, p. 10).

Os povos colonizados só passam a integrar a narrativa histórica no momento em que são “descobertos” pelos europeus. Suas trajetórias antes desse encontro de culturas não seriam dignas do nome História. Há ainda um outro ponto relevante: esse encontro coincide com o que o saber eurocêntrico chama de modernidade. A partir do século XVI, junto com o desenvolvimento da noção de “moderno”, surge também o discurso legitimador do colonialismo e de toda violência que lhe é inerente. Os povos ditos civilizados, modernos, recém-saídos das “trevas” do período que passaram a chamar de “medieval”, justificam o domínio colonial e o genocídio de corpos e saberes, estabelecendo seu próprio paradigma como sendo o paradigma universal por excelência.

Fica claro como a defesa da tese da “herança medieval” nas ex-colônias europeias denota o traço da colonialidade do saber ainda presente na maneira pela qual refletimos nossa história. Se percebemos no Brasil os traços de uma medievalidade que herdamos dos europeus, é porque estamos admitindo que aqui ainda sobrevive uma cultura pré-moderna. A despeito da modernidade europeia, nós estaríamos vivendo traços de um período arcaico e ultrapassado que os colonizadores já teriam superado há séculos. Mesmo que certos traços realmente pareçam “medievais”, é urgente questionar a quem interessa rotular a cultura brasileira como um conjunto de traços pré-modernos. Logo, é muito mais profícuo tratar esses traços culturais como uma resignificação de elementos que remetem à Idade Média, o que é bem diferente de aceitar a existência de uma herança deixada pelos colonizadores que, ao fim e ao cabo, nos rotula como atrasados em relação a eles.

“Descolonizar a Idade Média”, descolonizar o sentir

Uma vez que se compreenda que a própria noção de Idade Média é uma construção europeia, nascida com a modernidade e em constante manutenção desde então, é preciso passar ao próximo passo: “descolonizar” a Idade Média. É necessário ir além da relativização proposta por muitos medievalistas, como, por exemplo Amalvi, que apenas demonstra que a ideia de “Idade Média” – tal como ocorre com outras noções – é uma construção eivada de ideologia (AMALVI, 2017). Maria Lurdes Rosa, por exemplo, propõe uma rejeição da tradicional definição de Idade Média cujos fundamentos residem especificamente em “categorias próprias da colonização europeia moderna”. Baseando-se no texto de Dagenais e Greer, a autora afirma que a colonização do passado é aliada da colonização política. Portanto, compreender que a Idade Média, tal como nos foi transmitida pela história eurocêntrica, é passível de ser “descolonizada”, significa ultrapassar a visão colonialista de uma “história universal” cujo centro é a Europa (ROSA, 2017, p. 124-125).

Ora, se a Idade Média é uma noção intrinsecamente ligada à narrativa de uma história euro-referenciada, como iremos descolonizá-la? Diriam alguns que a melhor opção é evitar abordar tal noção. Isso, contudo, traz um impasse. Se estamos comumente associando traços de nossa existência a supostas sobrevivências dos tempos medievais, não podemos simplesmente passar a ignorar a noção de Idade Média com a qual estamos acostumados. Mais relevante é problematizar tal noção, subvertê-la, despi-la da roupagem eurocêntrica, em uma palavra: descolonizá-la. Faz-se necessário descobrir o que tem de peculiar e original na realidade brasileira, analisar os supostos traços de “herança medieval” sob a perspectiva de seu entorno imediato, estudar o fenômeno em si, evitando a tentação de associá-lo automaticamente a uma herança colonial. Afinal, mesmo os elementos mais arcaicos presentes em nossas práticas e representações serão mais bem compreendidos se analisados a partir da originalidade brasileira. Mesmo o que, a princípio, parece herança, foi ressignificado, ganhou contornos peculiares em solo brasileiro. Mas por que se acredita (e isso é defendido por muitos pesquisadores) que temas e expressões culturais contemporâneos análogos aos da Idade Média constituem uma “herança” e não um “uso”? Defendo que isso se deve a um processo de associação entre o fenômeno analisado e a memória prévia que temos acerca do passado. Dito de outro modo, procura-se primeiro fazer a associação do que se observa (o fenômeno em si) com o conhecimento prévio (noção de Idade Média histórica), ao invés de analisar detalhadamente o fenômeno em seu próprio funcionamento e contexto.

Visto que naturalizamos essa suposta herança, o mesmo ocorre na maneira pela qual interpretamos nossos sentimentos e relações. Tal como no saber, também no sentir e amar reproduzimos padrões de interpretação vinculados à colonialidade. Embora exista na mentalidade brasileira uma forte influência do amor romântico literário oriundo da modernidade, os indivíduos muitas vezes agem segundo os ideais do "amor cortês". A paixão, ao mesmo tempo arrebatadora e trágica, de Romeu e Julieta, pode ser comparada a casos da vida real, entretanto, ninguém defende que "herdamos" a maneira de amar do famoso casal (pois são personagens fictícios) e nem que ainda reproduzimos as expressões de amor do tempo de Shakespeare. O mesmo se dá com o romantismo do século XIX. Não herdamos os padrões literários e artísticos. Estes são usados como referência ou modelo, mas em geral não advogamos que os relacionamentos do período eram idênticos aos modelos da arte e da ficção. Ora, então por que achamos que nossas emoções tem alguma relação com o distante século XIII? Por que achamos que devemos tratar mulheres tal como os cavaleiros tratavam as damas, uma vez que constituíam um ideal muito diverso da realidade? E, como vimos, mal sabemos como os relacionamentos ocorriam na realidade, o que torna mais premente a desconstrução desses paradigmas, pois que não os herdamos, estamos somente reproduzindo um padrão literário de outro tempo e lugar.

Além do modelo de romance cavaleiresco, há também uma certa crença em um modelo de casamento tido como exemplo universal, algo que teria vindo das sociedades cristãs europeias. Esse casamento, bem como qualquer outro aspecto que atribuímos a Europa do Ocidente medieval, é um paradigma dentre vários. Além de não ser universal, não há razões para que sigamos acreditando que ele é a herança que recebemos. Como visto, dificilmente saberemos até que ponto os modelos eram seguidos na realidade do passado europeu. Logo, estamos impondo a nossas relações um ideal que se baseia em uma narrativa histórica eivada de colonialidade, ao passo que sequer procuramos saber sobre outros padrões, mais próximos de nossa realidade histórica, como aqueles provenientes de povos indígenas e de diferentes povos africanos.

Se podemos envidar esforços para descolonizar nossos saberes e nossa história, também podemos fazer o mesmo com o nosso sentir. Talvez o último

seja mais difícil de realizar que os anteriores, pois vai muito além dos círculos de debate acadêmico, mas, por isso mesmo, é até mais urgente.

REFERÊNCIAS

AMALVI, Christian. Idade Média. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Analítico do Ocidente Medieval*. Vol. 1. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

DUBY, Georges. A solidão nos séculos XI e XIII. in: DUBY, Georges (org.) *História da Vida Privada, vol. 2: da Europa Feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DRESVINA, Juliana & BLUD, Victoria (orgs.) *Cognitive Sciences and Medieval Studies: An Introduction*. Cardiff: University of Wales Press, 2020.

GUJA, Ranajit. *History at the Limit of World-History*. New York: Columbia University Press, 2002.

KABIR, Ananya Jahanara; WILLIAMS, Deanne (org.). *Postcolonial approaches to the european middle ages: translating cultures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LACAPRA, Dominick. *Compreender Outros: povos, animais, passados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

MARTIN, Jérôme. História e Psicologia segundo Lucien Febvre. Laboreal. Volume 18, número 1, 2022.

ROSA, Maria de Lurdes. *Fazer e pensar a história medieval hoje: guia de estudo, investigação e docência*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.